

A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA PARAÍBA E O SINDICALISMO DO POLO DA BORBOREMA

Dayane Sobreira¹

RESUMO

Essa apresentação visa trazer contribuições à história das mulheres camponesas na Paraíba, organizadas em uma interface direta entre o sindicalismo rural e o feminismo. Paraíba, estado natal de Margarida Maria Alves, Elizabeth e João Pedro Teixeira, mártires da luta pela terra no Brasil. Objetivamos trazer uma discussão acerca do protagonismo das mulheres camponesas no estado, com particular ênfase na trajetória das mulheres do Polo da Borborema e no desdobramento de suas ações, a chamada Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada anualmente em um dos municípios que compõem o território. Tendo encontrado a barreira do machismo primeiro em suas casas, essas mulheres percebem e denunciam as opressões, libertando elas próprias e outras, a cada edição da Marcha.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas; Paraíba; Polo da Borborema.

A Paraíba apresenta um longo histórico de lutas de mulheres. Memória que é cristalizada em figuras como Anayde Beiriz, Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira e outras. Nesse sentido, visamos elucidar um histórico de lutas de mulheres e diálogos feministas que conexos, formaram e formam o movimento de mulheres no estado. Diálogos que são intensificados pela via do sindicalismo em uma interface com o feminismo.

Como fala-nos Mary Ferreira (2011), boa parte dos estudos sobre a história dos feminismos concentra-se sob a região Sudeste. “Mas e os outros feminismos? Por que permaneceram por tanto tempo invisíveis? Por que no presente ainda não conseguem ser protagonistas de uma nova história?” (FERREIRA, 2011, p. 05). Com suas especificidades, os feminismos no Nordeste apresentaram ampla ressonância nos estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Paraíba. Começaremos a estudar traços históricos e contemporâneos desta história.

O estado apresenta-se como um celeiro de lutas de camponesas e camponeses críticos das opressões a quem estavam urdidos. É de praxe remetermos ao protagonismo de figuras como João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e episódios como as Ligas Camponesas, ao conflito de Alagamar e outros, que eternizaram a luta do campo no estado.

As Ligas Camponesas foi um movimento que emergiu no Nordeste do Brasil especialmente na região canavieira de Pernambuco e Paraíba. Encabeçado pelo Partido

¹ Mestre em História e especialista em Educação do Campo (UFPB), doutoranda em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), dayanesobreira26@gmail.com.

Comunista ainda no governo autoritário de Getúlio Vargas, o movimento foi abafado e retomado na década de 1950 em Vitória de Santo Antão-PE, inicialmente com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco. Sendo muitas as forças de repressão, a liga se institucionalizou em 1955. Segundo a historiadora Socorro Rangel (2000), o clima de efusão de tais movimentos estava envoltos em medo, mas também em uma esperança propulsora:

Havia os camponeses e as Ligas, havia Julião, havia o Estado e seus planos de desenvolvimento, havia os comunistas, havia os parlamentares da Frente Nacionalista tentando colocar em debate muitas propostas da reforma agrária, havia os jornalistas e suas contundentes denúncias... Havia medo, muito medo e também esperança (RANGEL, 2000, p. 24).

Assim, confronto, luta e repressão estavam recobertos na busca por melhores condições de vida e de trabalho para os homens do campo. Na Paraíba, a Liga Camponesa de Sapé tomou ampla notoriedade, chegando a agregar 10 mil trabalhadores, tendo se acelerado principalmente após o assassinato de seu líder, João Pedro Teixeira. Assassinado a mando de grupos latifundiários, a morte do líder representou um marco na luta que continuou sob orientação de sua esposa Elizabeth Teixeira, cuja trajetória foi eternizada pelo cineasta Eduardo Coutinho nos filmes *Cabra marcado para morrer* (1984) e *A família de Elizabeth Teixeira* (2014).

Falando do assassinato do marido e da motivação que a conduziu à luta, rememorou:

Quando tomei conhecimento do assassinato do meu esposo João Pedro Teixeira, com 11 filhos, não foi fácil... No momento que tomei conhecimento de que ele estava morto, em Sapé... cheguei lá, ele estava na pedra (...) aquele poço de sangue... Foi quando eu peguei na mão de João Pedro, olhei os olhos dele cheios de terra, da terra que quando ele recebeu os tiros caiu e recebeu a terra nos olhos. Comecei a tirar aquela terra dos olhos dele e disse: 'João Pedro, a partir de hoje, eu dou continuidade à sua luta, para o que der e vier! Não tenho medo também de que eu seja assassinada'. E aí eu continuei a luta de João Pedro para o que desse e viesse' (Depoimento de Elizabeth Teixeira coletado em: VAN HAM et al, apud SILVA, 2008) (*sic*).

Falando das memórias que se fixam na figura de Elizabeth Teixeira, a historiadora Alômia Abrantes da Silva (2008) elucida a fabricação de um ícone transgressor feminino, mas que, contudo, tem sua corporeidade marcada pela falta, caracterizada pela sua viuvez. Para a historiadora, os próprios filmes configuraram tal imagem a partir de seus elementos próprios como a fotografia. Assim, na imagem de Elizabeth “reatualiza-se o discurso da Paraíba guerreira, da luta, do luto, da resistência — mas também da violência, das marcas de impunidade e injustiça social” (SILVA, 2008, p. 110).

Como João Pedro e Elizabeth, Margarida Maria Alves também configurou-se na história como uma representação das lutas no campo. Imagem forte, que como a de Elizabeth, também foi desnaturalizada pela estudiosa. Diz:

Ao me deter nas imagens singulares destas duas referências, Margarida Alves e Elizabeth Teixeira, compreendo que suas intensidades fazem parte do fluxo que mobiliza, que faz circular em espirais, os significados que tornam possível a ambiguidade da “mulher-macho” em outros ângulos, sob outras luzes, compartilhando signos, mas também distanciando-se daqueles que a esquadriham nos espaços mais urbanizados. Estas singularidades, acredito, devem-se, em boa parte, às matrizes literárias regionalistas, que geram e alimentam as imagens arquetípicas das “guerreiras sertanejas” — mulheres-fruto de uma terra “naturalmente” marcada pelas dificuldades, cujos corpos, como extensões das imagens de virilidade e resistência inscritas no masculino, no “macho”, são capturados e inscritos numa área fronteira, num hiato, num aprendizado de tornar-se um duplo: feminino e masculino (SILVA, 2008, p. 110).

Logo, percebemos que tal como na resistência armada à ditadura, há uma associação direta da mulher transgressora à masculinidade, enviesamento que tem raízes históricas no que tange principalmente às relações de gênero no Nordeste.

Tal como Elizabeth, Margarida Maria Alves deixou sua marca que passou pela luta contra o latifúndio, tendo deixado “o legado da autonomia, da auto-organização e da expressão feminina nas mais diversas frentes de luta das mulheres camponesas” (FERREIRA, 2008, p. 60). Líder sindical, Margarida foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB. Religiosa, acreditava na educação como a melhor arma contra as injustiças. Foi assassinada em 12 de agosto de 1984 a mando de latifundiários ligados ao Grupo da Várzea, o mesmo responsável pelo assassinato de João Pedro. Hoje, tal dia é lembrado como o dia da *Luta contra a Violência no Campo* e por Reforma Agrária.

De acordo com a teórica Ana Paula Romão (2008), Margarida Alves direcionou sua luta para os mais pobres, defendendo a sindicalização, carteira assinada e direitos trabalhistas para os cortadores da cana. Margarida influenciou a organização de mulheres e a presença atual das trabalhadoras rurais em cargos de direção, sendo ainda hoje inspiração para as mulheres que se organizam Brasil afora dentro e fora do sindicalismo.

Diálogos feministas

Falar da organização das mulheres rurais na Paraíba remete-nos diretamente ao movimento de mulheres mais amplo e também ao movimento feminista. Como a professora

Ana Paula Romão: “Entendo que toda a organização de mulheres camponesas na Paraíba, em sua pluralidade de experiências políticas, perpassou as mais variadas organizações campesinas (...): Ligas Camponesas, sindicatos rurais, comissões de centrais sindicais e partidárias, entre outras” (FERREIRA, 2010, p. 76). Mas ainda em questão suscitada pela mesma autora: Até que ponto as mulheres camponesas são reconhecidas como contribuintes do movimento mais geral de mulheres?

É sabido que a década de 1980 configurou-se como um caldo contra-hegemônico, palco dos mais diversos movimentos sociais. A Paraíba, por exemplo, foi palco de lutas no campo que já vinham das décadas anteriores e de resistências de mulheres que já se inseriam nos espaços sindicais e fundavam grupos como foram os grupos feministas. Há de se pensar, contudo, que esses espaços de luta construíram-se em íntima conexão.

O feminismo nascente se configurou como referência dos movimentos sociais de mulheres (FERREIRA, 2010). Grupos feministas como o Grupo de Mulheres de Campina Grande, Grupo Raízes e Grupo Maria Mulher realizavam assessoria direta com mulheres trabalhadoras rurais da região do Brejo. Posteriormente, a Cunhã Coletivo Feminista surgida em 1990 como reverberação dos grupos anteriores, colaborou na reestruturação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo após o acidente que vitimou a sindicalista Penha Nascimento e a socióloga Beth Lobo. Também foi importante a atuação do Centro da Mulher 8 de março, ONG surgida no mesmo ano.



Figura 1: Mapa com grupos feministas da Paraíba (década de 1980)

Historicamente desenvolveram-se poucos olhares para a compreensão da luta pela libertação das mulheres e o mesmo se desembocava, como vimos, nos chamados grupos de esquerda e suas ramificações, como eram o caso de sindicatos e partidos. Na Paraíba (e esse

não é um episódio exclusivo nosso), o feminismo foi responsável por abrir muitas discussões de gênero dentro dos movimentos, partidos e da própria Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pela assessoria dos grupos feministas, realização de oficinas, reuniões e participação em marcha e passeatas, estabeleceu-se um diálogo importante entre tais espaços, reverberando em uma atuação comum em prol da luta de mulheres no estado. Perspectiva que é corroborada por Ferreira:

Foi com o movimento feminista que as camponesas buscaram e buscam entender a sua realidade de opressões, já percebida no âmbito do trabalho e na esfera da vida privada. Tiveram cursos de formação feminista em suas organizações internas e contatos diretos com várias feministas, desde as primeiras organizações das mulheres camponesas, ainda na década de 1970 (FERREIRA, 2006, p. 50).



Figura 2: Militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo em oficina dentro do 1º Seminário de Direitos Sexuais e Reprodutivos, coordenado pela ONG Cunhã Coletivo Feminista (1992). Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Assim, sob um viés pró-feminista, as organizações de mulheres da Paraíba deixavam-se influenciar pelas feministas e as feministas tinham nas mulheres camponesas uma importante via de trabalho e discussões sobre relações de trabalho, violência contra a mulher, direitos previdenciários e trabalhistas dentre outras frentes de ação e reflexão.

Estudos de Paola Cappellin (1989), socióloga e pioneira do Grupo de Mulheres de Campina Grande, nos mostram que na década de 1980 era significativo o número de mulheres filiadas nos sindicatos e pertencentes às equipes diretivas, porém, destas, poucas chegavam a assumir cargos de chefia ou presidência. O espaço de luta terminava sendo um apêndice das

relações domésticas em que a estrutura do machismo estava presente. Aos poucos, figuras como Margarida Maria Alves tomavam ampla projeção e causavam rebuliços nas estruturas postas, conforme citado. Assim, o feminismo começava a atravessar a vida e a prática dessas mulheres e influenciava a criação de setoriais como a própria setorial de mulheres do Partido dos Trabalhadores e da CUT.

Na década de 2000, como reverberação do trabalho de grupos feministas, pulverização de ONGs e atuações do movimento de mulheres, foi criada a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, com o fito de agregar propostas e trabalhos com mulheres em sua diversidade de origens e atuação.

Panoramas contemporâneos

Os movimentos sociais são forças organizadas que geram criatividade e inovações socioculturais cujo passado dá sentido às lutas do presente. Sobre isso nos lembra Maria da Glória Gohn:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas (GOHN, 2011, p. 336).

Em se tratando de feminismo, ele passou por um momento de institucionalização comum a vários outros movimentos na década de 1990. Foi a chamada “onguização” dos movimentos sociais. Para Cisne e Gurgel (2008), a emergência das ONGs deu-se em uma ofensiva neoliberal em que recursos não são mais destinados aos movimentos sociais e populares, mas agora a essas organizações, que se tornam “parceiras” na garantia dos direitos sociais. Nisso, o perigo da terceirização, da assessoria técnica sem compromissos reais com ideais libertários como uma adequação à “lógica de projetos”. As autoras nos alertam para esses perigos e ressaltam:

É importante destacar que as ONGs não são espaços homogêneos e que existem diferenciações de práticas e de orientação teórico-política entre elas. Contudo, apesar de reconhecermos a existência de diferenciações, importa-nos refletir sobre a sua contradição fundante, qual seja, o laço de dependência com o seu financiador, pondo

em risco, muitas vezes, a perspectiva de autonomia e resistência radical ao capitalismo (CISNE; GURGEL, 2008, p. 76).

É sabido, contudo, o importante papel das ONGs no resgate do exercício da cidadania e no estancamento dos processos de exclusão (SOCZEK, 2007) visto também resistirem às capturas do estado neoliberal, promovendo com isso uma transformação da esfera pública nacional e um fortalecimento da sociedade civil organizada.

Participando das conferências nacionais da ONU durante a década de 1990, segundo Silva (2016), os feminismos se articularam no limiar dos anos 2000 no campo político dos movimentos sociais se organizando em torno da realização do Fórum Social Mundial – processo do movimento antiglobalização, que levantou a consigna de um outro mundo possível – e de campanhas contra a Aliança do Livre Comércio das Américas (ALCA). Também aí foi realizada a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, criada a Plataforma Política Feminista e efetivadas as Conferências de Políticas para as Mulheres.

Na Paraíba, a partir da década de 1990 pulverizaram ONGs feministas como a Cunhã Coletivo Feminista, Centro da Mulher 8 de Março, Bamidelê, Maria Quitéria e organizações movimentalistas como a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba. Também não foram poucos os grupos surgidos e a consolidação de outras formas de organização já presentes ao longo da trajetória de lutas das mulheres no estado. No interior, próximo à Campina Grande, o sindicalismo do Polo da Borborema viria consolidar uma atuação direta de homens e mulheres em prol da agroecologia e de mudanças nas diferenças de gênero na região.

O sindicalismo rural do Polo da Borborema

Embora as décadas de 60 e 70 tivessem favorecido a luta sindical e a reivindicação dos direitos do povo do campo, as décadas de 80 e 90 do século passado assistiram um esvaziamento em sua base associativa e perda de credibilidade de seus dirigentes. Afirmativa que não tem a intenção de ser generalizante, mas que se refere ao que ocorreu no interior da Paraíba, mais especificamente na região da Borborema. Em um caminho histórico, os sindicatos da região deixaram de ser apenas um balcão previdenciário e um consultório médico-odontológico e passaram a ser divulgadores e estimuladores do trabalho voltado àquela região (FREIRE et al, 2010; BASTOS, 2010).

Segundo consta em resumo executivo do recém-extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Território da Borborema abrange uma área 3.341,7 Km², constituído por 21

municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba., Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea.



Figura 3: Territórios rurais do estado da Paraíba, com destaque para a Borborema

A região, que engloba as microrregiões do Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano e Campina Grande, é palco de lutas do Polo da Borborema, rede composta pelos sindicatos rurais da região e associações de base agroecológica no território, que retoma e atualiza uma tradição de resistências sociais que se estruturaram como respostas ativas a conjunturas adversas à agricultura camponesa (FREIRE et al, 2010). Pode ser entendido como representante do chamado Novo Sindicalismo na região, que tem raízes nas comunidades eclesiais de base e em um olhar mais estrutural para as lutas sociais. Bastos considera que:

O Polo pode ser compreendido como um espaço político-organizativo, catalisador das demandas de um conjunto de organizações da agricultura familiar em volta de nosso padrão de desenvolvimento local. Consolidando assim, uma nova prática de atuação para o sindicalismo rural na região (BASTOS, 2010, p. 96).

No intento de fortalecer a agricultura familiar na região como resistência ao modelo hegemônico vigente, três sindicatos de trabalhadores rurais (Solânea, Remígio e Lagoa Seca), com assessoria da ONG AS-PTA começaram a buscar alternativas de mobilização e atuação direta, conectando suas pautas de luta ao sindicalismo nacional e às motivações concretas do território. Essa ação articulada permitiu a emergência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, que aos poucos passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas também como espaço político-

organizativo unificado pró-agricultura familiar na região (FREIRE et al, 2010). Com o trabalho do Polo, “os sindicatos começaram a *sair de trás do birô*, onde se ocupavam essencialmente dos trâmites formais da previdência social, e passaram a se empenhar em iniciativas de desenvolvimento das comunidades de seus municípios” (SILVEIRA et al, 2007, p. 12, grifo do autor). O Polo realiza seus trabalhos a partir de comissões temáticas, como veremos, dentro das quais se destaca o trabalho com mulheres.

É sabido, contudo, que a estrutura da ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2008), não escapa, sendo onipresente nas relações sociais. O campo, espaço marcadamente seccionado pela divisão sexual do trabalho, apresenta altos índices de violência sexista, exploração do trabalho feminino, esse por vezes considerado apenas como “ajuda”. Estudando o Brejo paraibano, Paulilo (2016) observou que na região, diz-se que a mulher faz o trabalho “leve” e o homem o trabalho “pesado”. Tal bipolarização não leva em conta o teor, a dinâmica e repetição de trabalho realizado, mas parte da premissa de que o trabalho feminino é mais barato. O despertar para essa exploração pautada no sexo levou à construção de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais na década de 80 no Brasil a partir de reivindicações de classe e gênero.

A região da Borborema, na Paraíba, vem assistindo uma verdadeira revolução nas maneiras de produzir, de lidar com a terra, de manejar criações, de reivindicar políticas públicas e lutar por igualdade. Revoluções micro-estruturais que começaram na década de 1990 com a criação do Polo da Borborema e início de um processo sistemático de experimentações e inovações pelas famílias agricultoras. Em 2002, porquanto, a partir da realização de um diagnóstico com mulheres agricultoras, se observou:

Em especial, a casa e o espaço do entorno (nomeado de arredor de casa) como as principais áreas de atuação e expressão de sua capacidade produtiva. Foram então identificadas as partes constituintes e as múltiplas funções do arredor de casa para o funcionamento produtivo e de cuidado da casa e da família. Também foram levantados os principais desafios para seu aprimoramento técnico e visibilidade social. Refletiram também sobre possíveis formas de superarem coletivamente os problemas por elas identificados (FREIRE, 2015, p. 06).

Desse diagnóstico e do surgimento de novas demandas, o Polo começou a constituir a Comissão de Saúde e Alimentação, que segundo Freire, a partir de então passou a funcionar como espaço de planejamento, execução e monitoramento das ações das experimentações e formações das agricultoras. Para Serrano (2014), a comissão de saúde e alimentação foi o espaço onde começaram a despontar reflexões sobre o trabalho das mulheres e as desigualdades

de gênero que as atingem em sociedade, dentro inclusive dos próprios movimentos sociais. Valorizando a importância das mulheres para a manutenção da própria agricultura familiar, investiu-se na realização de encontros de intercâmbio, visando acima de tudo integrar essas mulheres sob a percepção de existirem entre elas problemas comuns a serem enfrentados. Sem a igualdade entre os gêneros, não haveria agroecologia, portanto.

Nesse contexto de afirmação das mulheres camponesas como sujeitos políticos, foi construída em 2010 a primeira Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, “ação direta dessas mulheres que vão às ruas mostrar seu trabalho no campo e pedir o fim das violências que sofrem todos os dias” (SERRANO, 2014, p. 67).

Em carta distribuída na Marcha de 2019, comemorativa dos seus 10 anos, denuncia-se o atual cenário de desmontes promovidos pelo governo federal e que se intensifica desde janeiro do mesmo ano, quando foi eleito o presidente Jair Messias Bolsonaro. Lê-se:

Diante desse quadro adverso, as mulheres do Polo da Borborema têm afirmado seu compromisso com suas lutas emancipatórias e buscando em suas trajetórias de vida e no conhecimento compartilhado de suas histórias novas formas de resistência e de construção de alternativas às desigualdades econômicas, sociais e culturais opressivas da sociedade patriarcal, classista e racista com a qual convivemos e contra a qual combatemos. As experiências de vida que compartilhamos nos tem revelado que, de todas as manifestações da exploração e da opressão que pesam sobre as mulheres, são as mulheres negras que vivem situações mais cruéis e extremas de exclusão, sendo muitas vezes estigmatizadas pela cor de sua pele dentro de suas próprias famílias. O esforço compartilhado entre as mulheres da Borborema para conhecer a nossa história foi o caminho para entendermos as origens e manifestações concretas do racismo, enraizado na mente das pessoas e entendermos também que construir o território agroecológico em que queremos viver é também construir um território feminista, antirracista e democrático do ponto de vista político e econômico (CARTA ABERTA, 2019).

Assim, percebemos um despertar das mulheres para suas histórias. Um despertar que passa pela luta e reconhecendo da busca por justiça social em suas interfaces de gênero, classe, representação, etnia. Uma luta que se ampara e se configura também a partir do sindicalismo, da diferença e pela contestação de relações de poder. Como enuncia uma das “Canções para Marchar”: “a luta não é só dos companheiros, participando sem medo de ser mulher. Pisando firme sem medir nenhum segredo, participando sem medo de ser mulher” (CANÇÕES PARA MARCHAR, 2019).

Herdeiras de Margarida Maria Alves, essas mulheres encontraram a barreira do machismo primeiro em suas casas, depois nos sindicatos. Isso maquinou o olhar para outras formas de fazer política. Na denúncia da pouca representação, as mulheres conquistaram

espaços, se projetaram e articulam anualmente a Marcha, que mais que um ritual, é símbolo de luta e força cotidiana na Borborema.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

CARTA ABERTA. **Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia** – 10 anos. 2019.

CANÇÕES PARA MARCHAR. **Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia** – 10 anos. 2019.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/18/15>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FERREIRA, Ana Paula Romão de S. **Margarida, margaridas**: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: EDUFPB, 2006.

FERREIRA, Ana Paula Romão de S. Margarida, margaridas e a pedagogia do feminino: memória de lutas de Margarida Maria Alves (1933-1983). In: **Mulheres e desigualdades de gênero**. Marília Pinto de Carvalho; Regina Pahim Pinto (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Ana Paula Romão de S. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o novo e o velho sindicalismo rural. 2010. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis** – Revista de la Universidad Bolivariana, Santiago, n. 28, vol. 10, 2011. Disponível em: <<http://polis.revues.org/1352>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

FREIRE, Adriana Galvão; SILVEIRA, Luciano Marçal da; DINIZ, Paulo César O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2010.

FREIRE, Adriana Galvão; SILVEIRA, Luciano Marçal da; DINIZ, Paulo César O. Pela vida das mulheres e pela agroecologia: Agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, dez. 2015.

GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: Albertina de Oliveira Costa; Cristina Bruschini (orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Ed. Vertice/Fundação Carlos Chagas, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 16, mai-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: EDUFSC, 2016.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da morte, esperança de vida: a história das Ligas Camponesas da Paraíba. 2000. **Dissertação** (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

SAFIOTTI, Heleieth. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tânia Navarro. **A construção dos corpos?** Perspectivas Feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. Disponível em: <http://flacso.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=53&dir=DESC&order=date&Itemid=137&limit=5&limitstart=5>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SERRANO, Julia Scaglioni. Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia) - Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras/PB.

SILVA, Alômia Abrantes da. Paraíba Mulher–Macho: Tessituras de gênero, (desa)fiões da história. 2008. **Tese** (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Carmen Silvia. Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVEIRA, Luciano; VICTOR, Roselita; ANACLETO, Nelson. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul. 2007.

SOCZEK, Daniel. **ONGs e Democracia**: metamorfoses de um paradigma em construção. Curitiba: Juruá, 2007.